

**FAZ CULTURA
EMPRESA
MUN. DE CULTURA
DE BRAGA (EM)**

CONCURSO PÚBLICO

Nº 2025/06

Para a celebração de um contrato de aquisição de serviços de aluguer de equipamento técnico (de luz e som), incluindo serviço de montagem e desmontagem, para o projeto Clube Raiz, programado no âmbito da Braga 25 - Capital Portuguesa da Cultura

PROGRAMA DO CONCURSO

FAZ CULTURA

Índice

| | |
|---|----|
| Artigo 1.º - Objeto do concurso | 4 |
| Artigo 2.º - Entidade adjudicante..... | 4 |
| Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar | 4 |
| Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento | 4 |
| Artigo 5.º - Consulta e Disponibilização do Processo..... | 4 |
| Artigo 6.º - Órgão competente para prestar esclarecimentos | 5 |
| Artigo 7.º - Esclarecimentos e retificação das peças patenteadas no Concurso..... | 5 |
| Artigo 8.º - Prazo e Entrega das Propostas | 5 |
| Artigo 9.º - Documentos que integram a proposta | 6 |
| Artigo 10.º - Retirada da Proposta | 7 |
| Artigo 11.º - Modo de Apresentação dos documentos das propostas..... | 7 |
| Artigo 12.º - Idioma das propostas..... | 7 |
| Artigo 13.º Apresentação de Propostas Variantes | 8 |
| Artigo 14.º - Prazo de validade e obrigação de manutenção das propostas | 8 |
| Artigo 15.º - Consulta da Lista dos Concorrentes e das Propostas..... | 8 |
| Artigo 16.º - Critérios de adjudicação e de desempate | 8 |
| Artigo 17.º - Júri do Concurso | 8 |
| Artigo 18.º - Relatório preliminar | 8 |
| Artigo 19.º - Audiência prévia..... | 9 |
| Artigo 20.º - Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes | 9 |
| Artigo 21.º - Relatório Final..... | 9 |
| Artigo 22.º - Adjudicação, entrega de documentos, contrato | 10 |
| Artigo 23.º - Documentos de habilitação a apresentar pelo Adjudicatário..... | 10 |
| Artigo 24.º - Modo de apresentação dos documentos de habilitação | 11 |
| Artigo 25.º - Não Apresentação dos Documentos de Habilitação..... | 11 |

FAZ CULTURA

| | |
|---|----|
| Artigo 26.º - Caução para garantir o cumprimento de obrigações contratuais | 12 |
| Artigo 27.º - Encargos do adjudicatário | 12 |
| Artigo 28.º - Acesso às peças do concurso..... | 12 |
| Artigo 29.º - Preço Base..... | 12 |
| Artigo 30.º - Legislação aplicável | 13 |

FAZ CULTURA

Artigo 1º - Objeto do concurso

1. O presente concurso tem por objeto a adjudicação de um contrato para aquisição de serviços de aluguer de equipamento técnico (de luz e som), incluindo serviço de montagem e desmontagem, para o projeto Clube Raiz, programado no âmbito da Braga 25 - Capital Portuguesa da Cultura.
2. O objeto do presente procedimento encontra-se classificado pelo Código CPV 92300000-4, designado Serviços recreativos.

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga. E.M., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 697, 4710-251 Braga, Portugal, e com os seguintes contactos para efeito do presente procedimento: Telf. +351 253 203 800, correio eletrónico: contratos@fazcultura.pt, usando a plataforma eletrónica AcinGov.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de abertura do procedimento foi tomada pela administradora executiva, no dia 20 de março de 2025, no uso de competência delegada pelo Conselho de Administração em reunião de 17 de outubro de 2023 de acordo com do artigo 36.º do CCP, o artigo 16º/1/b); o artigo 18º, n.º 1 alínea b) e do artigo 22º n.º 1 alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06 repriminado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11.04., sendo o fundamento da abertura do procedimento a ausência de meios próprios para satisfazer aquela necessidade.

Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento

A escolha do presente procedimento, tendo em conta o valor estimado do contrato, foi efetuada com base no artigo 20.º, n.º 1 alínea b), do CCP, procedimento que pode ser adotado quando o valor do contrato for inferior aos limiares definidos no artigo 474.º

Artigo 5.º - Consulta e Disponibilização do Processo

1. O processo do concurso é constituído pelas peças indicadas no respetivo índice geral.
2. As peças do concurso, serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.acingov.pt> acessível através do respetivo sítio eletrónico, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

FAZ CULTURA

Artigo 6.º - Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do concurso.

Artigo 7.º - Esclarecimentos e retificação das peças patenteadas no Concurso

1. Os pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas deverão ser apresentados, por escrito, através da plataforma eletrónica identificada no artigo 5º deste Programa de Concurso para o Júri do Concurso, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo Júri do Concurso, por escrito, através da plataforma eletrónica mencionada no artigo 4º deste Programa de Concurso, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data implicará a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
3. A Entidade Adjudicante poderá proceder à retificação das peças do procedimento nos termos e nos prazos referidos no Código dos Contratos Públicos.
4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos e retificações ao Concorrente que os solicitou proceder-se-á à notificação dos mesmos a todos os interessados que as tenham adquirido as peças em causa.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 8º. - Prazo e Entrega das Propostas

1. As propostas bem como os documentos que as integram serão entregues até às 23:59h do 9º dia a contar da data de envio do anúncio para o Diário da República.
2. A entrega da proposta e dos documentos que a integram deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública identificada no artigo 5º deste Programa de Concurso.
3. As propostas e respetivos documentos consideram-se apresentados quando o concorrente finalize o processo da sua submissão.
4. De acordo com a Lei n.º 96/2016, de 17 de agosto, entende-se por submissão da proposta o momento em que se inicia a efetiva e competente assinatura eletrónica da proposta.
5. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido

FAZ CULTURA

assinadas (com assinatura eletrónica qualificada) e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 9.º - Documentos que integram a proposta

1. A proposta a apresentar pelos proponentes deverá respeitar na íntegra as condições constantes das especificações do caderno de encargos e contemplar obrigatoriamente todos os riscos incluídos na consulta, sob pena de exclusão.

2. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente Programa do Procedimento, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, nos termos legais;
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (devidamente assinados com certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta);
- c) A proposta deverá conter, nomeadamente:
 - i. Nome ou denominação, endereço e e-mail da entidade que apresenta a proposta;
 - ii. Referência ao procedimento;
 - iii. O preço total da prestação de serviços, bem como o preço unitário correspondente ao serviço A ao serviço B e serviço D em conformidade com o Caderno de Encargos;
 - iv. Os preços são indicados por algarismos e/ou por extenso e não incluem IVA (na inclusão de algarismo e extenso na mesma proposta, em caso de divergência, prevalecem os preços indicados por extenso, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos);
 - v. Deverá ser também indicado o valor detalhando o preço unitário para cada material/equipamento mencionado em cada serviço constante da Parte II do Caderno de Encargos, que contribuem para a formação do valor total;
- d) Certidão do Registo Comercial ou o código da Certidão Permanente para consulta;
- e) Deverá ser anexa Procuração, caso os documentos sejam assinados por quem não tenha prévios poderes para esse efeito;
- f) Podem igualmente integrar a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considerar indispensáveis para os atributos da proposta apresentada.

FAZ CULTURA

4. Para efeitos de análise das propostas, a entidade adjudicante poderá solicitar ao concorrente documento comprovativo das especificações indicadas para os bens propostos.
5. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser submetidos na plataforma indicada pela entidade adjudicante.
6. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa, conforme se dispõe no artigo 12.º do presente Programa do Concurso.
7. Os documentos apresentados deverão ser devidamente assinados com certificados de assinatura eletrónica qualificada.
8. Tendo em conta o estabelecido no artigo 60.º do CCP, deve ser mencionado se ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
9. Para efeitos de análise das propostas, a entidade adjudicante poderá solicitar ao concorrente documento comprovativo das especificações técnicas indicadas para o bem proposto.

Artigo 10.º - Retirada da Proposta

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 11.º - Modo de Apresentação dos documentos das propostas

Os documentos que constituem as propostas, serão apresentados, conforme indicado no artigo 8.º deste Programa de Concurso e contendo os elementos definidos no artigo 9.º.

Artigo 12.º - Idioma das propostas

1. A proposta e os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
3. Excluem-se do disposto nos números anteriores a utilização de estrangeirismos importados para a língua portuguesa, bem como a utilização pontual de referências técnicas em língua inglesa que, atento as especificidades técnicas das prestações objeto do contrato, sejam vulgarmente utilizadas no mercado português, desde que, sejam perfeitamente perceptíveis para o júri.

FAZ CULTURA

Artigo 13.º Apresentação de Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 14.º - Prazo de validade e obrigação de manutenção das propostas

Os Concorrentes são obrigados a manter todas e quaisquer condições das respetivas propostas, pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 15.º - Consulta da Lista dos Concorrentes e das Propostas

1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada através da plataforma identificada no artigo 5º, n.º 2 deste Programa de Concurso a lista dos concorrentes que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.
2. Os concorrentes poderão consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na sua área de trabalho depois de efetuarem o “Login” introduzindo o nome de utilizador e a palavra-chave.

Artigo 16.º - Critérios de adjudicação e de desempate

1. A adjudicação será feita pelo critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, isto é, avaliação do preço proposto enquanto único aspeto submetido à concorrência, definindo o Caderno de Encargos os restantes elementos da execução do contrato a celebrar.
2. Em caso de empate, o desempate será realizado por meio de um sorteio entre as propostas empatadas.

Artigo 17.º - Júri do Concurso

As propostas serão analisadas pelo Júri do Concurso, a designar para o efeito pela entidade adjudicante, de acordo com o disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 18º - Relatório preliminar

1. O Júri do Concurso elaborará um Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas fundamentado sobre o mérito das propostas avaliadas, ordenando-as de acordo com metodologia de avaliação fixada para o efeito.

FAZ CULTURA

2. No Relatório Preliminar, o Júri do Concurso deverá também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos designadamente do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

3. É ao júri que compete, na análise das propostas verificar a adequabilidade de qualquer item dos concorrentes face ao que é exigido no caderno de encargos e como tal atribuir a pontuação em qualquer fator ou subfactor face à adequabilidade verificada.

Artigo 19.º - Audiência prévia

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos Concorrentes, nos termos do disposto nos artigos 147º do Código dos Contratos Públicos.

2. Os Concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem sobre o mesmo.

3. A notificação fornece os elementos necessários para que os interessados fiquem a conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de direito.

Artigo 20.º - Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes

1. O Júri do Concurso pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2, do artigo 72º, do Código dos Contratos Públicos.

3. Os esclarecimentos prestados devem ser juntos ao processo do concurso, devendo todos os Concorrentes ser notificados dos mesmos.

Artigo 21.º - Relatório Final

1. Cumprido o disposto no artigo 19.º deste Programa do Concurso, o Júri do Concurso elaborará um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

2. No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos.

FAZ CULTURA

Artigo 22.º - Adjudicação, entrega de documentos, contrato

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise, avaliação e graduação das propostas.
2. Notificado da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar, no prazo de 3 (três) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos por lei e pelo presente Programa de Concurso, melhor identificados no artigo 23.º do presente Programa do Concurso.
3. O prazo referido no número anterior só pode ser prorrogado por uma única vez, desde que solicitado pelo adjudicatário dentro daquele prazo e nos termos do nº 2 do artigo 85.º do CCP.
4. Em simultâneo com a notificação da decisão de adjudicação o Adjudicatário é notificado da minuta do contrato, considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.
5. No cumprimento do disposto no artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante comunicará a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato, sendo este publicitado nos termos do vertido no artigo 465.º do CCP.

Artigo 23.º - Documentos de habilitação a apresentar pelo Adjudicatário

1. No prazo de 3 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, conforme n.º 2 do artigo anterior, o Adjudicatário deverá apresentar, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP, cujo modelo consta do **Anexo II** deste programa de procedimento;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:
 - Certificado de registo criminal das pessoas singulares, ou no caso de se tratar de pessoas coletivas, certificado do registo criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência e se encontrem em efetividade de funções);
 - Declaração e documento comprovativo atestando estar a situação do adjudicatário regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal, ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se situe o seu estabelecimento principal;

FAZ CULTURA

- Declaração e documento comprovativo atestando estar a situação do adjudicatário regularizada relativamente a Impostos devidos em Portugal, ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se situe o seu estabelecimento principal;
- Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), ou respetivo código de acesso, nos termos previstos na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto (não aplicável a pessoas em nome individual)

2. O órgão competente para decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução do contrato de seguros a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

Artigo 24.º - Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação identificada no artigo 5º deste Programa de Concurso, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. A apresentação, nos termos do número anterior, poderá ser substituída por indicação do endereço Internet onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária à respetiva consulta, nos casos previstos no n.º 2, do artigo 83º, do Código dos Contratos Públicos.
3. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário têm que ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do Concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
4. Detetadas irregularidades nos documentos apresentados, que possam determinar a caducidade de adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, a entidade adjudicante poderá conceder o prazo de 3 (três) dias úteis para a respetiva supressão.

Artigo 25.º - Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado para a sua apresentação ou supressão das irregularidades detetadas;

FAZ CULTURA

b) Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos previstos no número anterior, a Entidade Adjudicante deve notificar o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a cinco dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3. Quando as situações previstas no número 1 se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de, não sendo os mesmos apresentados, caducar a decisão de adjudicação.

4. A adjudicação caduca ainda no caso de se verificar a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações.

Artigo 26.º - Caução para garantir o cumprimento de obrigações contratuais

Não é exigível nos termos do n.º 2 do artigo 88º do CCP.

Artigo 27.º - Encargos do adjudicatário

1. São encargos do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação da caução.

2. São ainda da conta do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

Artigo 28.º - Acesso às peças do concurso

Para ter acesso às peças do procedimento do concurso o concorrente deverá aceder à plataforma eletrónica identificada no artigo 4º deste programa.

Artigo 29.º - Preço Base

1. O preço base do procedimento é de **€ 6.020,00 (seis mil e vinte euros)** isento de IVA nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O Preço base foi determinado tendo por base nos valores de mercado em atinência ao preceituado no artigo 35.º-A do CCP.

FAZ CULTURA

Artigo 30.º - Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente Programa do Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação complementar aplicável.

Braga 07 de abril de 2025

A Administradora Executiva

Joana Meneses Fernandes

ANEXOS ao Programa do Concurso

- Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP e o artigo 9.º n.º 2. deste Programa do Concurso.
- ANEXO II - Modelo de declaração a que se refere o artigo 23.º. n.º 1.a) do presente Programa do Concurso e a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

FAZ CULTURA

ANEXO I

Modelo de declaração a que se refere o artigo 9.º n.º 2 a do Programa do Concurso e a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Concurso Público para a celebração de aquisição de serviços de aluguer de equipamento técnico (de luz e som), incluindo serviço de montagem e desmontagem, para o projeto Clube Raiz, programado no âmbito da Braga 25 - Capital Portuguesa da Cultura e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ³:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

FAZ CULTURA

comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura 4⁴].

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

FAZ CULTURA

ANEXO II

Modelo de Declaração de habilitação - A que se refere o artigo 23.º, n.º 1. a) deste Programa de Concurso e a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁵... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de Concurso Público para aquisição de serviços de aluguer de equipamento técnico (de luz e som), incluindo serviço de montagem e desmontagem, para o projeto Clube Raiz, programado no âmbito da Braga 25 - Capital Portuguesa da Cultura, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁶ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁷] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁸ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁹]

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁶ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁷ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso

⁸ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º